



A Santa Sé

VIAGEM APOSTÓLICA DO PAPA JOÃO PAULO II
À REPÚBLICA DOMINICANA, MÉXICO E BAHAMAS
[25 DE JANEIRO - 1º DE FEVEREIRO DE 1979]

DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
NA SOLENE SESSÃO DE ABERTURA DA III CONFERÊNCIA GERAL
DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO

Puebla de los Ángeles, 28 de Janeiro de 1979

Amados Irmãos no Episcopado

Esta hora que eu tenho a dita de viver convosco, é certamente uma hora histórica para a Igreja na América Latina. Disto está consciente a opinião pública mundial, estão conscientes os fiéis das vossas Igrejas locais e estais conscientes sobretudo vós que sereis protagonistas e responsáveis por esta hora.

É também uma hora de graça, esta, assinalada pela passagem do Senhor, por uma particularíssima presença e acção do Espírito de Deus. Por isso invocamos este Espírito, com confiança, ao princípio dos trabalhos. E por isto também, quero agora suplicar-vos, como um irmão a irmãos muito queridos: durante todos estes dias da Conferência e em cada um dos seus actos, deixai-vos conduzir pelo Espírito, abri-vos à sua inspiração e ao seu impulso; que seja Ele e nenhum outro espírito o que vos guie e conforte.

Sob este Espírito, pela terceira vez nestes últimos vinte e cinco anos, vós, Bispos de todos os Países e representando o Episcopado de todo o Continente latino-americano, congregais-vos para juntos aprofundardes o sentido da vossa missão perante as novas exigências dos vossos povos.

A Conferência que se abre agora, convocada pelo venerando Paulo VI, confirmada pelo meu

inolvidável predecessor João Paulo I e por mim, como um dos primeiros actos do meu Pontificado, está em conexão com aquela outra, já longínqua no tempo, do Rio de Janeiro, que teve como seu fruto mais notável o nascimento do CELAM. Está, porém, em conexão mais estreita ainda com a II Conferência, a de Medellín, cujo décimo aniversário comemora.

Nestes dez anos, quanto avançou no seu caminhar a humanidade, e, com a humanidade e ao seu serviço, quanto avançou também a Igreja! Esta terceira Conferência não pode ignorar essa realidade. Deverá, pois, tomar como ponto de partida as conclusões de Medellín, com tudo o que têm de positivo, sem ignorar, porém, as interpretações incorrectas que às vezes se fizeram e que exigem sereno discernimento, oportuna crítica e tomadas de posição.

Servir-vos-á de guia nos vossos debates o Documento de Trabalho, preparado com tanto cuidado em vista de constituir sempre o ponto de referência.

Entretanto tereis também entre mãos a Exortação Apostólica «*Evangelii Nuntiandi*», de Paulo VI. Com que sentimentos de comprazimento o grande Pontífice aprovou o tema desta Conferência — «O presente e o futuro da evangelização na América Latina»!

Podem testemunhá-lo os que estiveram perto dele nos meses de preparação da Assembleia; e mais poderão dar testemunho também da gratidão com a qual ele tomou conhecimento de que o pano de fundo de toda a presente conferência seria precisamente este texto, no qual pôs toda a sua alma de Pastor, já no ocaso da sua vida. Agora, depois que ele «fechou os olhos para o cenário deste mundo» (1), esse Documento converte-se num testamento espiritual, que a Conferência há-de saber esquadriñar com amor e diligência, a fim de fazer dele outro ponto de referência obrigatória, e de ver como o há-de pôr em prática. Toda a Igreja vos está agradecida pelo exemplo que dais, por aquilo que fazeis, e que, quiçá, outras Igrejas locais virão por seu turno a fazer.

O Papa quer estar convosco no começo dos vossos trabalhos, agradecido a Deus, pois *todo o dom perfeito vem do alto, descendo do Pai das luzes* (2), pelo facto de ter podido acompanhar-vos na Santa Missa de ontem, sob o olhar materno da Virgem Santíssima de Guadalupe, bem como na Santa Missa desta manhã. Com muito gosto eu ficaria aqui convosco em oração, reflexão e trabalho; e vou ficar em espírito, estai certos disso, uma vez que reclama a minha presença física noutra parte a *sollicitudo omnium ecclesiarum* (3). Mas quero ao menos, antes de prosseguir a minha visita pastoral pelo México e antes de regressar a Roma, deixar-vos como penhor da minha presença espiritual algumas palavras, pronunciadas com ansiedade de Pastor e com afecto de Pai, eco das minhas principais preocupações com respeito ao tema que haveis de tratar e em relação com a vida da Igreja nestes queridos Países.

É uma grande consolação para o Pastor universal verificar que vos congregais aqui, não como num simpósio de peritos, não como num parlamento de políticos, não como num congresso de cientistas ou técnicos, por mais importantes que possam ser essas reuniões, mas sim num encontro fraterno de Pastores da Igreja. E como Pastores tendes a consciência viva de que o vosso dever principal é o de serdes Mestres da Verdade. Não de uma verdade humana e racional, mas sim da Verdade que vem de Deus, que traz consigo o princípio da autêntica libertação do homem: *conhecereis a verdade, e a verdade tornar-vos-á livres* (4); daquela verdade que é a única a oferecer uma base sólida para uma «praxis» adequada.

1. Vigiar pela pureza da doutrina, base para a edificação da comunidade cristã, é pois, juntamente com o anúncio do Evangelho, o dever primeiro e insubstituível do Pastor, do Mestre da fé. Com quanta frequência punha isto mesmo em realce São Paulo, convencido da gravidade do cumprimento de um tal dever (5). A par da unidade na caridade, urge-nos sempre a unidade na verdade. O amadíssimo Papa Paulo VI, na Exortação Apostólica «*Evangelii Nuntiandi*», exprimia-se assim: «O Evangelho de que nos foi confiado o encargo é também palavra da verdade. Uma verdade que torna livres e que é a única coisa que dá a paz do coração, é aquilo que as pessoas vêm procurar quando nós lhes anunciamos a Boa Nova. Verdade sobre Deus, verdade sobre o homem e sobre o seu misterioso destino e verdade sobre o mundo ... O pregador do Evangelho, portanto, terá de ser alguém que, mesmo à custa da renúncia pessoal e do sofrimento, procura sempre a verdade que há-de transmitir aos outros. Ele jamais poderá trair ou dissimular a verdade, nem com a preocupação de agradar aos homens, de arrebatá-los ou de chocá-los, nem por originalidade ou desejo de dar nas vistas ... Pastores do Povo de Deus: o nosso serviço pastoral obriga-nos a preservar, defender e comunicar a verdade, sem olhar a sacrifícios» (6).

1. Verdade sobre Jesus Cristo

2. De vós, Pastores, os fiéis dos vossos países esperam e reclamam antes de tudo uma cuidadosa e zelosa transmissão da verdade sobre Jesus Cristo. Esta encontra-se no centro da evangelização e constitui o seu conteúdo essencial: «Não haverá nunca evangelização verdadeira se o nome, a doutrina, a vida, as promessas, o Reino e o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus, não forem anunciados» (7).

Do conhecimento vivo desta verdade dependerá o vigor da fé de milhões de homens. Dependerá também o valor da sua adesão à Igreja e da sua presença activa como cristãos no mundo. Deste conhecimento, ainda, derivarão opções, valores, atitudes e comportamentos capazes de orientar e definir a nossa vida cristã e de criar homens novos e, por isso mesmo, uma humanidade nova pela conversão da consciência individual e social (8).

É de uma sólida Cristologia que tem de vir a luz para muitos temas e questões doutrinárias e pastorais que vos propondes examinar durante estes dias.

3. Temos, pois, de confessar Cristo perante a história e perante o mundo, com convicção profunda, sentida e vivida, como o confessou Pedro: *Tu és o Cristo, o Filho de Deus vivo* (9).

Esta é a Boa Nova e, num certo sentido, única: a Igreja vive por ela e para ela, assim como dela tira tudo aquilo que tem para oferecer aos homens, sem distinção alguma de nacionalidade, cultura, raça, tempo, idade e condição. Por isso mesmo, «a partir dessa confissão (de Pedro), a história sagrada da Salvação e do Povo de Deus devia adquirir uma nova dimensão ...» (10).

Este é o único Evangelho e *ainda que nós próprios ou um anjo do céu vos anunciasse um evangelho diferente daquele que vos anunciámos, seja execrado!* (11), como com toda a clareza escrevia o Apóstolo.

4. Ora bem, hoje em dia e por muitas partes — o fenómeno não é novo — correm «releituras» do Evangelho, resultado de especulações teóricas mais do que de autêntica meditação da Palavra de Deus e de um verdadeiro compromisso evangélico. Elas são causa de confusão, ao afastarem-se dos critérios centrais da fé e da Igreja e cai-se na temeridade de as comunicar, à maneira de catequese, às comunidades cristãs.

Nalguns casos ou se passa em silêncio a divindade de Cristo, ou então incorre-se de facto em formas de interpretação incompatíveis com a fé da Igreja. Cristo seria apenas um «profeta», um anunciador do Reino e do amor de Deus, mas não o verdadeiro Filho de Deus e nem seria, portanto, o centro e o objecto da mesma mensagem evangélica.

Noutros casos pretende-se apresentar Jesus como um comprometido politicamente, como um lutador contra a dominação romana e contra os poderes e, inclusive, implicado na luta de classes. Esta concepção de Cristo como político, revolucionário, ou como o subversivo de Nazaré, não se compagina com a catequese da Igreja. Confundindo o insidioso pretexto dos acusadores de Jesus com a atitude do próprio Jesus — coisas bem diferentes — aduz-se como causa da sua morte o desenlace de um conflito político e cala-se a vontade de entrega do Senhor e ainda a consciência da sua missão redentora. Os Evangelhos mostram claramente que para Jesus era uma tentação aquilo que porventura alterasse a sua missão de Servo de Yahvé (12). Mais: Ele não aceita a posição daqueles que misturavam as coisas de Deus com atitudes meramente políticas (13); rechaça inequivocamente o recurso à violência; e patenteia a todos a sua mensagem de conversão, sem excluir os próprios Publicanos. A perspectiva da sua missão, pois, é muito mais profunda. Consiste na salvação integral por um amor transformante, pacificador, de perdão e de reconciliação. Não há dúvida, por outro lado, de que tudo isto é muito exigente para a atitude do cristão que queira servir verdadeiramente os irmãos «mais pequeninos», os pobres, os necessitados e os marginalizados; numa palavra, servir todos os que reflectam nas suas vidas o rosto dolente do Senhor (14)

5. Contra tais «releituras» do Evangelho, pois, e contra algumas hipóteses, talvez brilhantes mas

frágeis e inconsistentes, que delas se derivam «a evangelização no presente e no futuro da América Latina» não pode cessar nunca de afirmar a fé da Igreja: Jesus Cristo, Verbo e Filho de Deus, faz-se homem para se aproximar do homem e oferecer-lhe, pela força do seu mistério, a Salvação, grande dom de Deus (15).

É esta a fé que informou a vossa história e plasmou o melhor dos valores dos vossos povos e que há-de continuar a animar, com todas as forças, o dinamismo do seu futuro. É esta a fé que revela a vocação de concórdia e de unidade que terá de desterrar os perigos de guerras neste Continente de esperança, onde a Igreja tem vindo a ser tão potente factor de integração. Esta fé, enfim, é a que, com tanta vitalidade e tão variados modos, exprimem os fiéis da América Latina mediante a religiosidade ou piedade popular.

A partir desta fé em Cristo e do seio da Igreja nós somos capazes de servir o homem, os nossos povos e de interpretar com o Evangelho a sua cultura, transformar os corações e humanizar sistemas e estruturas.

Qualquer silêncio, esquecimento, mutilação ou inadequada acentuação da integridade do mistério de Jesus Cristo que se afaste da fé da Igreja não pode constituir conteúdo válido da evangelização. «Hoje, sob o pretexto de uma piedade que é falsa, sob a aparência enganadora de uma pregação evangélica, intenta-se negar o Senhor Jesus Cristo», escrevia um grande Bispo no meio das duas crises doutrinárias do século IV. E acrescentava: «Eu digo a verdade, para que seja por todos conhecida a causa da desorientação de que sofremos. Eu não posso calar-me» (16). Também vós, Bispos dos dias de hoje, quando porventura se derem estas confusões, não podeis calar-vos.

Esta é a recomendação que já o Papa Paulo VI fazia no Discurso de abertura da Conferência de Medellín: «Falai! Falai e pregai, escrevei e tomai posições, como costuma dizer-se, com harmonia de planos e de intentos, para defesa e explicação da Revelação: acerca das verdades da fé, acerca das questões que interessam a vida dos fiéis e a salvaguarda dos costumes cristãos ...».

E também eu próprio não me cansarei de repetir, no cumprimento do meu dever de evangelizador da inteira humanidade: «Não tenhais medo! Antes, procurai abrir, melhor escancarar as portas a Cristo! Ao Seu poder salvador abri os confins dos Estados, os sistemas económicos assim como os políticos, os vastos campos de cultura, de civilização e de progresso!» (17).

2. Verdade sobre a missão da Igreja

6. Mestres da Verdade, de vós se espera que proclameis sem cessar, e com especial vigor nesta circunstância, a verdade sobre a missão da Igreja, objecto do Credo que professamos e campo imprescindível e fundamental da nossa fidelidade. O Senhor instituiu-a como comunidade de vida, de caridade e de verdade (18) e como corpo «pleroma» e sacramento de Cristo, no qual habita

toda a plenitude da divindade» (19).

A Igreja nasce da resposta de fé que nós damos a Cristo. Efectivamente, é pelo acolhimento sincero da Boa nova, que nós os crentes nos reunimos em nome de Jesus, para buscar juntos o Reino, para o edificar e para o viver (20). A Igreja é «congregação daqueles que, crendo, vêm em Jesus o autor da Salvação e o princípio da unidade e da paz» (21).

Por outro lado, porém, nós nascemos da Igreja: ela comunica-nos a riqueza de vida e de graça de que é depositária, gera-nos pelo Baptismo, alimenta-nos com os Sacramentos e com a Palavra de Deus, prepara-nos para a missão, conduz-nos ao desígnio de Deus, razão da nossa existência como cristãos. Nós somos seus filhos. Assim, com legítimo orgulho lhe chamamos nossa Mãe, repetindo um título que já vem dos primeiros tempos e que atravessa os séculos (22).

Temos, portanto, que amá-la, respeitá-la e servi-la, porque «não pode ter Deus como Pai, quem não tiver a Igreja como Mãe» (23); depois «não é possível amar a Cristo, sem amar a Igreja que Cristo ama» (24); e ainda «na medida em que alguém ama a Igreja de Cristo, possui o Espírito Santo» (25).

O amor à Igreja tem que ser feito de fidelidade e de confiança. No primeiro Discurso do meu Pontificado, ao acentuar o propósito de fidelidade ao II Concílio do Vaticano e a vontade de consagrar os meus melhores cuidados no sector da Eclesiologia, eu convidava a que se tomasse novamente nas mãos a Constituição dogmática «*Lumen Gentium*», a fim de meditar «com renovado empenho sobre a natureza e a missão da Igreja; sobre o seu modo de existir e de actuar ... Não só para se alcançar aquela comunhão de vida em Cristo de todos aqueles que n'Ele crêem e esperam, mas também para contribuir para tornar maior e mais estreitada a unidade de toda a família humana» (26).

Repito nesta hora tal convite, neste momento transcendental da evangelização na América Latina: a adesão a este Documento do Concílio, tal como ele resulta iluminado pela Tradição e enquanto contém as fórmulas dogmáticas emanadas há um século atrás pelo I Concílio do Vaticano, será para nós, Pastores e fiéis, o caminho seguro e o estímulo constante — digamo-lo uma vez mais — «a fim de se caminhar pelas sendas da vida e da história» (27).

7. Não haverá garantias de uma acção evangelizadora séria e vigorosa, sem uma Eclesiologia bem cimentada.

Primeiro, porque evangelizar é a missão essencial, a vocação própria e a identidade mais profunda da Igreja, também ela por sua vez evangelizada (28). Enviada pelo Senhor, ela envia por seu turno os evangelizadores a pregar; e «a pregar, não as suas próprias pessoas ou as suas ideias pessoais, mas sim um Evangelho de que nem eles nem ela são senhores e proprietários absolutos, para dele disporem a seu bel-prazer» (29). Depois, porque «evangelizar não é para

quem quer que seja um acto individual e isolado, mas sim profundamente eclesial», um acto da Igreja (30); assim «nenhum evangelizador é o senhor absoluto da acção evangelizadora, dotado de um poder discricionário para realizar segundo critérios pessoais e perspectivas individualistas tal obra, mas em comunhão com a Igreja e com os seus Pastores» (31). Por isso, uma visão correcta da Igreja é fase indispensável para uma justa visão da evangelização.

Como se poderia fazer uma autêntica evangelização, se faltasse um acatamento pronto e sincero do sagrado Magistério, com a consciência clara de que, submetendo-se a ele, o Povo de Deus não está a aceitar uma palavra de homens, mas sim a verdadeira Palavra de Deus? (32). Importa ter em conta a importância «objectiva» deste Magistério e também defendê-lo das insídias que nos tempos que correm, aqui e além, se armam contra algumas verdades firmes da nossa fé católica» (33).

Eu conheço bem a vossa adesão e disponibilidade à Cátedra de Pedro e o amor que sempre haveis demonstrado para com ela. Agradeço-vos do coração, em nome do Senhor, a profunda atitude eclesial que isso implica e desejo-vos a consolação de que também vós conteis com a leal adesão dos vossos fiéis.

8. Na vasta documentação com que procurastes preparar esta Conferência, particularmente nas contribuições de numerosas Igrejas, adverte-se por vezes um certo mal-estar pelo que respeita à mesma interpretação da natureza e missão da Igreja. Faz-se alusão, por exemplo, à separação que alguns estabelecem entre Igreja e Reino de Deus. Este, esvaziado do seu conteúdo total, é entendido prevalentemente num sentido secularista: ao Reino não se chegaria pela fé e pelo facto de fazer parte da Igreja, mas pela simples mudança estrutural e pelo compromisso sócio-político. Assim, onde há um certo tipo de compromisso e de «praxis» em prol da justiça, aí estaria já presente o Reino. Esquece-se deste modo que «a Igreja ... recebe a missão de anunciar e instaurar o Reino de Cristo e de Deus em todos os povos e constitui o germe e o princípio deste mesmo Reino na terra» (34).

Numa das suas belas instruções catequéticas, o Papa João Paulo I, ao falar da virtude da esperança, advertia: «é um erro afirmar que a libertação política, económica e social coincide com a salvação em Jesus Cristo; que o 'Regnum Dei' se identifica com o 'Regnum hominis'».

Nalguns casos gera-se uma atitude de desconfiança para com a Igreja «institucional» ou «oficial», qualificada como alienante, à qual se oporia outra Igreja «popular», que «nasce do povo» e se concretizaria nos pobres. Estas posições poderiam ter graus diferentes, nem sempre fáceis de precisar, de conhecidos condicionamentos ideológicos. O Concílio, porém, fez presente qual é a natureza e a missão da Igreja; e ainda, o modo como se contribui para a sua unidade profunda e para a sua permanente edificação por parte de quem tem a seu encargo o ministério da comunidade, e como há-de contar com a colaboração de todo o Povo de Deus. Com efeito «se o Evangelho que nós apregoamos se apresenta vulnerado por querelas doutrinárias, polarizações

ideológicas, ou condenações recíprocas entre cristãos, ao capricho das suas maneiras de ver diferentes acerca de Cristo e da Igreja, e mesmo por causa das suas concepções diversas da sociedade e das instituições humanas, como não haveriam aqueles a quem a nossa pregação se dirige vir a encontrar-se perturbados, desorientados, se não mesmo escandalizados?» (35).

3. Verdade sobre o homem

9. A verdade por nós devida ao homem é, antes de tudo, uma verdade sobre ele próprio. Como testemunhas de Jesus Cristo, somos arautos, porta-vozes e servidores desta verdade, que não podemos reduzir aos princípios de um sistema filosófico ou a pura actividade política, e que não podemos esquecer nem atraiçoar.

Talvez que uma das mais vistosas debilidades da civilização actual esteja numa inadequada visão do homem. A nossa época é, sem dúvida, aquela em que mais se tem escrito e falado sobre o homem, a época dos humanismos e do antropocentrismo. Por outro lado e paradoxalmente, é também a época de mais profundas angústias do homem pelo que respeita à sua identidade e ao seu destino, época do rebaixamento do homem a níveis dantes insuspeitados e época de valores humanos conculcados como jamais o terão sido anteriormente.

Como se explica um tal paradoxo? Podemos dizer que é o paradoxo inevitável do humanismo ateu. É o drama do homem amputado de uma dimensão essencial do seu ser — a sua busca do Infinito — e posto assim defronte à pior redução do seu ser. A Constituição pastoral «*Gaudium et Spes*» vai ao fundo do problema quando diz: «o mistério do homem só no mistério do Verbo Encarnado se esclarece verdadeiramente» (36)

A Igreja, graças ao Evangelho, possui a verdade sobre o homem. Esta encontra-se numa antropologia que a mesma Igreja não cessa de aprofundar e de comunicar. A afirmação primordial dessa antropologia é a de que o homem, enquanto imagem de Deus, não pode ser reduzido a uma simples parcela da natureza, ou a um elemento anónimo da cidade humana (37). Neste sentido, já escrevia Santo Ireneu: «A glória do homem é Deus; porém o receptáculo de toda a acção de Deus, da sua sapiência e do seu poder é o homem» (38).

A este insubstituível fundamento da concepção cristã do homem tive ocasião de referir-me na minha recente Mensagem do Natal: «Natal é a festa do homem ... O homem tornado objecto de cálculo, considerado sob a categoria da quantidade ... e, ao mesmo tempo, uno, único e singular ... alguém eternamente ideado e eternamente escolhido: alguém chamado e designado pelo seu próprio nome» (39).

Perante outros bem numerosos humanismos, não raro fechados numa visão do homem estritamente económica, biológica ou psíquica, a Igreja tem o direito e o dever de proclamar a Verdade sobre o homem, que ela recebeu do seu Mestre Jesus Cristo. Oxalá que nenhuma

coacção externa a impeça de o fazer. Mas sobretudo, oxalá que ela nunca deixe de o fazer por temores ou por dúvidas, por se ter deixado contaminar por outros humanismos, por falta de confiança na sua mensagem original.

Quando um Pastor da Igreja, portanto, anuncia com clareza e sem ambiguidades a Verdade sobre o homem, revelada por Aquele mesmo que *sabia o que havia no homem* (40), deve animá-lo a segurança de estar a prestar o melhor serviço ao ser humano.

Esta verdade sobre o ser humano constitui o fundamento da doutrina social da Igreja, como também é a base da verdadeira libertação. À luz desta verdade, o homem não é um ser submetido aos processos económicos ou políticos, mas são estes processos que estão ordenados para o homem e a ele submetidos.

Deste encontro de Pastores há-de, sem dúvida, sair fortificada esta verdade sobre o homem, ensinada pela Igreja.

II — SINAIS E CONSTRUTORES DA UNIDADE

O vosso serviço pastoral, na realidade, é completado por um igual serviço da unidade.

1. *Unidade entre os Bispos*

A unidade a servir há-de ser antes de mais nada a unidade entre vós mesmos, os Bispos. «Nós devemos guardar e manter esta unidade — escrevia o Bispo São Cipriano num momento de graves ameaças contra a comunhão entre os Bispos do seu país — sobretudo nós, os Bispos que presidimos à Igreja, a fim de testemunharmos que o Episcopado é uno e indivisível. Que ninguém engane os fiéis nem altere a verdade. O Episcopado é uno ...» (41).

Esta unidade episcopal provém, não de cálculos e expedientes humanos, mas de outra coisa: do serviço a um único Espírito e do amor a uma única e mesma Igreja. É a unidade que resulta da missão que Cristo nos confiou, a qual no Continente latino-americano se vem a desenvolver de há quase meio milénio a esta parte e que vós levais por diante com ânimo forte, em tempos de profundas transformações, enquanto nos aproximamos do segundo milénio da Redenção e da acção da Igreja. É a unidade em torno do Evangelho, do Corpo e do Sangue do Cordeiro, de Pedro vivo nos seus Sucessores, sinais estes todos diversos entre si, mas todos tão importantes, da presença de Cristo entre nós.

Como haveis de viver, amados Irmãos, esta unidade de Pastores, nesta Conferência, que já é por si mesma sinal e fruto de uma unidade que existe mas também antecipação e princípio de uma unidade que deve ser ainda mais estreita e sólida! Vós começais estes trabalhos em clima de unidade fraterna: que esta unidade seja já um elemento de evangelização!

2. *Unidade com os Sacerdotes, Religiosos e Povo fiel*

A unidade dos Bispos entre si há-de prolongar-se na unidade com os Presbíteros, Religiosos e fiéis. Os Sacerdotes são os imediatos colaboradores dos Bispos na missão pastoral, que ficaria comprometida se não reinasse entre eles e os Bispos essa estreita unidade.

Sujeitos ainda especialmente importantes de uma tal unidade hão-de ser os Religiosos e Religiosas. Eu sei bem quanto tem sido e continua a ser importante a contribuição dos mesmos para a evangelização na América Latina. Aqui chegaram, de facto, desde os alvares dos descobrimentos e dos primeiros passos da evangelização de quase todos os países. Aqui têm trabalhado ao lado do clero diocesano. Em diversos países, hoje, mais de metade do Presbitério é formada por Religiosos; noutros países, eles são uma boa parte do mesmo Presbitério. Bastaria este facto para se compreender quanto importa, aqui mais ainda do que noutras partes do mundo, que os Religiosos, não apenas aceitem, mas que busquem lealmente uma indissolúvel unidade de vistas e de acção com os Bispos. Foi a estes que o Senhor confiou a missão de apascentarem o rebanho; a eles compete traçar os caminhos para a evangelização. E não lhes pode e não lhes deve faltar nunca a colaboração, a um tempo responsável e activa, mas também dócil e confiada dos Religiosos, cujo carisma faz deles agentes sobremaneira disponíveis para o serviço do Evangelho. Em tal linha, grava sobre todos, na comunidade eclesial, o dever de evitar magistérios paralelos, eclesialmente inaceitáveis e pastoralmente estéreis.

Sujeitos igualmente desta unidade são os leigos, comprometidos individualmente ou associados em organismo de apostolado para a difusão do Reino de Deus. São eles que hão-de consagrar o mundo a Cristo no meio das tarefas do dia-a-dia e nas diversas funções que lhes cabem na família e na profissão, em íntima união e em obediência aos legítimos Pastores.

Esse dom precioso da unidade eclesial deve ser salvaguardado entre todos os que formam parte do Povo de Deus peregrino, na linha da Constituição «*Lumen Gentium*».

III — DEFENSORES E PROMOTORES DA DIGNIDADE HUMANA

Aqueles que estão familiarizados com a história da Igreja sabem que em todos os tempos houve admiráveis figuras de Bispos profundamente empenhados na promoção e na destemida defesa da dignidade humana daqueles que o Senhor lhes havia confiado. Fizeram-no sempre sob o imperativo da sua missão episcopal, porque para eles a dignidade humana era um valor evangélico que não podia ser desprezado sem grande ofensa ao Criador.

Uma tal dignidade é conculcada, a nível individual, quando não são tidos na devida conta valores como a liberdade, o direito a professar a religião, a integridade física e psíquica, o direito aos bens essenciais para a vida ... É conculcada, a nível social e político, quando o homem não pode exercer o seu direito de participação ou é sujeitado a injustas e ilegítimas coerções, ou

submetido a torturas físicas ou psíquicas.

Eu não ignoro quantos problemas se põem hoje em dia, quanto a este ponto, na América Latina. Como Bispos, vós não podeis desinteressar-vos deles. Estou ciente de que é vossa intenção levar a efeito uma séria reflexão sobre as relações e implicações existentes entre evangelização e promoção humana ou libertação, considerando, num campo tão vasto e importante, a presença específica da Igreja.

É aqui que nós encontramos, traduzidos na prática concretamente, os temas que tocávamos ao falar da verdade sobre Cristo, sobre a Igreja e sobre o homem.

2. Se a Igreja se afirma presente na defesa e na promoção da dignidade do homem, fá-lo na linha da sua missão, que apesar de ser de carácter religioso, e não social ou político, não pode deixar de considerar o homem na integridade do seu ser. O próprio Senhor delineou na parábola do Bom Samaritano o modelo da atenção a todas as necessidades humanas (42); e, mais, declarou que no juízo final se identificará com os desvalidos — enfermos, encarcerados, famintos, solitários — a quem se tenha dado a mão (43). A Igreja aprendeu nestas e noutras páginas do Evangelho (44) que a sua missão implica como parte indispensável a acção em prol da justiça e as tarefas de promoção do homem (45) e que entre evangelização e promoção humana existem laços muito fortes de carácter antropológico e teológico e da ordem da caridade (46); de maneira que «a evangelização não seria completa se ela não tomasse em consideração a interpelação recíproca que se fazem constantemente o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social, dos homens» (47).

Tenhamos presente, por outro lado, que a acção da Igreja em campos como os da promoção humana, do desenvolvimento, da justiça e dos direitos da pessoa, intenta estar sempre ao serviço do homem; e do homem tal como ela o encara, na visão cristã da antropologia que adopta. Ela não precisa, pois, de recorrer a sistemas ideológicos para amar e defender o homem e colaborar na sua promoção: no centro da mensagem de que ela é depositária e arauta encontra a inspiração para actuar em prol da fraternidade, da justiça e da paz, contra todas as dominações, escravidões, discriminações, violências, atentados à liberdade religiosa e agressões contra o homem e, enfim, contra tudo aquilo que atenta contra a vida (48).

3. Não é, pois, por oportunismo nem por uma preocupação de novidade que a Igreja «perita em humanidade» (49), é defensora dos direitos humanos. É sim por um autêntico *compromisso evangélico*, o qual, como sucedeu com Cristo, é empenho em favor dos mais necessitados.

Fiel a este compromisso, a Igreja quer manter-se livre diante de sistemas opostos, a fim de optar só pelo homem. Quaisquer que sejam as misérias ou sofrimentos que aflijam o mesmo homem, Cristo está ao lado dos pobres; não através da violência, dos jogos de poder e dos sistemas políticos, mas sim mediante a verdade sobre o homem, caminho para um futuro melhor.

4. Nasce daqui a preocupação da Igreja pela delicada questão da propriedade. Uma prova disso são os escritos dos Padres da Igreja, ao longo do primeiro milénio do Cristianismo (50). Demonstra-o também claramente a doutrina vigorosa de Santo Tomás de Aquino, repetida tantas vezes. Nos nossos tempos, a Igreja tem vindo a fazer apelo para os mesmos princípios em documentos de grande alcance, como o são as Encíclicas sociais dos últimos Papas. Com um vigor e profundidade peculiares, falou deste tema Paulo VI na sua Encíclica «*Populorum Progressio*» (51).

Esta voz da Igreja, eco da voz da consciência humana, que não deixou de ressoar através dos séculos no meio dos mais variados sistemas e condições sócio-culturais, merece ser escutada também na nossa época, quando a riqueza crescente de alguns poucos prossegue em paralelo com a crescente miséria das massas.

É então que reveste um carácter de urgência o ensinamento da Igreja, segundo a qual sobre toda a propriedade grava uma *hipoteca social*. Com respeito a este ensinamento, a Igreja tem uma missão a cumprir: deve pregar, educar as pessoas e as colectividades. formar a opinião pública e iluminar os responsáveis dos povos. Deste modo, ela estará a trabalhar em favor da sociedade, no seio da qual este princípio cristão e evangélico acabará por dar frutos, numa distribuição mais justa e equitativa dos bens, não apenas no interior de cada nação, mas também no mundo em geral, evitando que os Países mais fortes usem do seu poderio em detrimento dos mais débeis.

Aqueles sobre quem recai a responsabilidade da vida pública dos Estados e Nações deverão compreender que a paz interna e a paz internacional estarão asseguradas somente se estiver em vigor um sistema social e económico baseado na justiça.

Cristo não ficou indiferente perante este vasto e exigente imperativo da moral social. Também a Igreja não poderia ficar indiferente. No espírito da Igreja, que é o espírito de Cristo, volte-mos ao trabalho neste campo.

Importa realçar aqui novamente que a solicitude da Igreja visa o homem na sua integridade.

Por este motivo, é condição indispensável, para que um sistema económico seja justo, que ele propicie o desenvolvimento e a difusão da instrução pública e da cultura. Quanto mais justa for a economia, tanto mais profunda será a consciência da cultura. Isto está muito na linha daquilo que afirmava o recente Concílio; ou seja, para se alcançar uma vida digna do homem, não é possível limitar-se a «ter mais», mas há-de aspirar-se a «ser mais» (52).

Bebei, pois, Irmãos, nestas fontes autênticas. Falai com a linguagem do Concílio, de João XXIII e de Paulo VI: é a linguagem da experiência, da dor, da esperança da humanidade contemporânea.

Quando Paulo VI declarava que «o desenvolvimento é o novo nome da paz» (53), ele tinha

presentes todos os laços de interdependência que existem não somente dentro das Nações mas também fora delas, a nível mundial. Ele tomava em consideração os mecanismos que, por se encontrarem impregnados, não de autêntico humanismo, mas sim de materialismo, geram, a nível internacional, ricos cada vez mais ricos ao lado de pobres cada vez mais pobres.

Não há uma regra económica capaz só por si mesma de mudar estes mecanismos. Tem que se apelar na vida internacional para os princípios da ética, para as exigências da justiça, e para o mandamento primordial que é o mandamento do amor. Tem de se dar a primazia ao moral, ao espiritual, àquilo que se deriva da verdade plena sobre o homem.

Quis apresentar-vos assim estas reflexões, que considero muito importantes, as quais no entanto não devem distrair-vos do tema central da Conferência: chegaremos ao homem, à justiça, mediante a evangelização.

5. Depois de tudo o que vos disse até aqui, a Igreja vê com profunda mágoa «o aumento, por vezes maciço, de violações de direitos humanos em muitas partes do mundo ... Quem poderá negar que hoje em dia há pessoas individuais e poderes civis que violam impunemente direitos fundamentais da pessoa humana, tais como o direito a nascer, o direito à vida, o direito à procriação responsável, ao trabalho, à paz, à liberdade e à justiça social, o direito a participar nas decisões que dizem respeito ao povo e às nações? E que dizer quando nos encontramos perante formas variadas de violência colectiva, como a discriminação racial de indivíduos e de grupos, a tortura física e psicológica de prisioneiros e de dissidentes políticos? E o elenco aumenta quando nos é dado ver os exemplos de sequestros de pessoas, os raptos motivados pela ganância do lucro material, que investem com tão grande dramaticidade contra a vida familiar e contra o tecido social»(54). Assim, bradamos novamente: respeitai o homem! Ele é a imagem de Deus! Evangelizai para que isto seja uma realidade e para que o Senhor transforme os corações e humanize os seus temas políticos e económicos, partindo do empenho responsável do homem.

6. Há-de dar-se alento aos compromissos pastorais neste campo com uma recta concepção cristã da libertação. A Igreja sente o dever de anunciar a libertação de milhões de seres humanos e o dever de ajudar a consolidar-se esta libertação (55); mas ela sente também o dever correspondente de proclamar a libertação no seu sentido integral e profundo, como a anunciou e realizou Jesus Cristo (56). «Libertação de tudo aquilo que oprime o homem, e que é libertação antes de mais nada do pecado e do Maligno, na alegria de conhecer Deus e de ser por Ele conhecido» (57). Libertação feita de reconciliação e de perdão. Libertação que parte da realidade de se ser filhos de Deus, a quem podemos chamar *Abba!*, *Pai!* (58) e em virtude da qual nós reconhecemos em todo o homem um nosso irmão, susceptível de ser transformado no seu coração pela misericórdia de Deus. Libertação que nos impele, com a energia da caridade, para a comunhão, cujo ápice e plenitude encontramos no Senhor. Libertação como superação das diversas servidões e ídolos que o homem se cria, e como crescimento do homem novo. Libertação que, dentro da missão própria da Igreja não se reduza à simples e restrita dimensão

económica, política, social ou cultural, que não se sacrifique às exigências de uma estratégia qualquer, de uma «praxis» ou de um êxito a curto prazo.

Para salvaguardar a originalidade da libertação cristã e as energias que ela é capaz de desprender, é preciso a todo o custo, conforme pedia o Papa Paulo VI, evitar as tendências a reduzi-la indevidamente e as ambiguidades: «A Igreja perderia o seu significado mais profundo. A sua mensagem de libertação não teria originalidade alguma e prestar-se-ia a ser monopolizada e manipulada pelos sistemas ideológicos e pelos partidos políticos» (59). Há muitos sinais que ajudam a discernir quando é que se trata de uma libertação cristã, e quando, pelo contrário, uma libertação se nutre prevalentemente de ideologias que a subtraem à coerência com uma visão evangélica do homem, das coisas e dos acontecimentos (60). São sinais que se reflectem já nos conteúdos que anunciam ou nas atitudes concretas que assumem os evangelizadores. É necessário notar, a nível de conteúdos, qual é a fidelidade à Palavra de Deus, à Tradição viva da Igreja e ao seu Magistério. E quanto às atitudes, deve-se ponderar qual é o seu sentido de comunhão com os Bispos, em primeiro lugar, e com os outros sectores do Povo de Deus; e ver ainda qual é a contribuição que se dá para a efectiva edificação da comunidade e quais as formas de consagrar com o amor a sua solicitude para com os pobres, os enfermos, os menos favorecidos, os desamparados e os oprimidos e como descobrindo neles a imagem de Jesus «pobre e sofredor procuram aliviar as suas necessidades e intentam servir neles ao próprio Cristo» (61). Não nos enganemos: os fiéis humildes e simples, como que por um instinto evangélico, captam espontaneamente quando é que se serve na Igreja o Evangelho e quando é que se esvazia e asfixia o mesmo Evangelho com outros interesses.

Como vedes, conserva todo o seu valor o conjunto de observações que fazia a «*Evangelii Nuntiandi*» sobre o tema da libertação.

7. Tudo o que temos estado a recordar anteriormente constitui um rico e complexo património, que a Exortação Apostólica «*Evangelii Nuntiandi*» denomina Doutrina Social ou Ensino Social da Igreja (62). Esta brota da luz da Palavra de Deus e do Magistério autêntico e da presença dos cristãos no seio das situações do mundo que variam e em contacto com os desafios que de tais situações provêm. Esta Doutrina Social, portanto, comporta princípios de reflexão, mas também normas para julgar e directrizes para a acção (63).

Confiar responsabilmente nesta Doutrina Social, ainda que haja alguns que procuram semear dúvidas e desconfianças sobre ela, estudá-la com seriedade, tentar pô-la em prática, ensiná-la e ser-lhe fiel é, num filho da Igreja, garantia de autenticidade do seu empenho nas delicadas e exigentes tarefas sociais e dos seus esforços em favor da libertação e da promoção dos seus irmãos.

Permiti, pois, que eu recomende à vossa especial atenção pastoral a urgência de sensibilizar os vossos fiéis quanto a esta Doutrina Social da Igreja.

Tem que ser consagrado um particular cuidado à formação de uma consciência social a todos os níveis e em todos os sectores. Quando se incrementam as injustiças e cresce dolorosamente a distância entre pobres e ricos, a Doutrina Social, em forma criadora e aberta para os vastos campos da presença da Igreja, tem de ser um precioso instrumento de formação e de acção. Isto tem valor especialmente para os leigos: «competem aos leigos propriamente, se bem que não exclusivamente, as tarefas e o dinamismo seculares» (64). É preciso evitar suplantações e estudar seriamente quando é que certas formas de suplência mantêm a sua razão de ser. Não são porventura os leigos os chamados, em virtude da sua vocação na Igreja, a dar a sua contribuição nos campos político, económico e social e a estar eficazmente presentes na tutela e promoção dos direitos humanos?

IV — ALGUMAS TAREFAS PRIORITÁRIAS

Vós ides considerar muitos temas pastorais de grande significado. O tempo não permite fazer-lhes alusão. A alguns deles já tive ou vou ter azo de me referir nos encontros com os Sacerdotes, com os Religiosos, com os Seminaristas e com os Leigos. No entanto os temas que aqui passo a assinalar-vos, por diferentes motivos, têm todos eles uma grande importância. Não deixareis certamente de os considerar, entre tantos outros que a vossa clarividência pastoral vos indicará.

a) A Família

Empregai todos os esforços para que haja uma pastoral familiar. Atendei a um campo tão prioritário, com a certeza de que no futuro a evangelização depende em grande parte da «Igreja doméstica». Ela é a escola do amor, do conhecimento de Deus, do respeito pela vida e pela dignidade do homem. Esta pastoral é tanto mais importante, quanto a família está a ser objecto de graves ameaças. Pensai nas campanhas a favor do divórcio, de práticas anticoncepcionais, do aborto, que destroem a sociedade.

b) As vocações sacerdotais e religiosas

Na maioria dos vossos países, não obstante um esperançoso despertar de vocações, é um problema grave e crónico a falta das mesmas. A desproporção entre o número crescente de habitantes e de agentes da evangelização é imensa. Isto é algo que interessa sobremaneira à comunidade cristã. Toda a comunidade há-de procurar-se as suas vocações, como sinal inclusivamente da sua vitalidade e maturidade. Há que revitalizar uma intensa acção pastoral que, partindo da vocação cristã em geral e de uma pastoral da juventude entusiasta, dê à Igreja os servidores de que ela necessita. As vocações leigas, tão indispensáveis, não podem constituir uma compensação. Mais ainda, uma das provas do empenho do leigo é a fecundidade nas vocações para a vida consagrada.

c) A Juventude

Quanta esperança põe na juventude a Igreja! Quantas energias circulam na juventude na América Latina, de que a Igreja precisa! Como temos nós, os Pastores, de procurar aproximar-nos da juventude, para que Cristo e a Igreja e para que o amor dos irmãos caem profundamente no seu coração.

CONCLUSÃO

Ao terminar esta mensagem não posso deixar de invocar uma vez mais a protecção da Mãe de Deus sobre as vossas pessoas e o vosso trabalho nestes dias. O facto deste nosso encontro se realizar com a presença espiritual de Nossa Senhora de Guadalupe, venerada no México e em todas as outras nações como Mãe da Igreja na América Latina, é para mim um motivo de alegria e uma fonte de esperança. «Estrela da evangelização», que ela seja a vossa guia nas reflexões que fareis e nas decisões que vierdes a tomar. Que Ela alcance do seu divino Filho para vós:

- audácia de profetas e prudência evangélica de Pastores,
- clarividência de mestres e segurança de guias e orientadores,
- força de ânimo como testemunhas, e serenidade, paciência e mansidão de pais.

O Senhor abençoe os vossos trabalhos. Estais acompanhados de selectos representantes: Presbíteros, Diáconos, Religiosos, Religiosas, Leigos, Peritos e Observadores, cuja colaboração vos irá ser muito útil. Depois, toda a Igreja tem os olhos postos em vós, com confiança e com esperança. E vós quereis certamente corresponder a tais expectativas com plena fidelidade a Cristo, à Igreja e ao homem. O futuro está nas mãos de Deus; de certa maneira, porém, esse futuro de um novo impulso evangelizador, Deus o põe nas vossas mãos também. *Ide, pois, e ensinai todas as gentes* (65).

Notas

1. Cfr. [Testamento de Paulo VI](#).
2. *Tg.* 1, 17.
3. *2 Cor.* 11, 28.
4. *Jo.* 8, 32.
5. Cfr. *1 Tim.* 1, 3-7; 18-20; 2, 16; *2 Tim.* 1, 4-14.

6. *Evangelii Nuntiandi*, 78.
7. Exort. Apost. *Evangelii Nuntiandi*, 22.
8. Cfr. Exort. Apost. *Evangelii Nuntiandi*, 18.
9. *Mt.* 16, 16.
10. Homilia no início solene do meu Pontificado, a 22 de Outubro de 1978.
11. *Gál.* 1, 8.
12. Cfr. *Mt.* 4, 8; *Lc.* 4, 5.
13. Cfr. *Mt.* 22, 21; *Mc.* 12, 17; *Jo.* 18, 36.
14. Cfr. Const. *Lumen Gentium*, 8.
15. Cfr. Exort. Apost. *Evangelii Nuntiandi*, 19 e 27.
16. Santo Hilário de Poitiers, *Ad Ausentium*, 1-4.
17. Homilia no início solene do meu Pontificado, a 22 de Outubro de 1978.
18. Cfr. Const. *Lumen Gentium*, 9.
19. Cfr. *ibid.*, 7.
20. Cfr. Exort. Apost. *Evangelii Nuntiandi*, 13.
21. Cfr. Const. *Lumen Gentium*, 9.
22. Cfr. Henri de Lubac, *Meditations sur l'Église*.
23. São Cipriano, *De unitate*, 6, 8.
24. Exort. Apost. *Evangelii Nuntiandi*, 16.
25. Santo Agostinho, *In Joannem*, tract. 32, 8.
26. Primeira Mensagem à Igreja e ao Mundo do meu Pontificado, a 17 de Outubro de 1978.

27. *Ibid.*

28. Cfr. Exort. Apost. *Evangelii Nuntiandi*, 14-15; Const. *Lumen Gentium*, 5.

29. Exort. Apost. *Evangelii Nuntiandi*, 15.

30. Cfr. Exort. Apost. *Evangelii Nuntiandi*, 60.

31. *Ibid.*, 60.

32. Cfr. 1 *Tess.* 2, 13.

33. Primeira Mensagem à Igreja e ao Povo de Deus do meu Pontificado, a 17 de Outubro de 1978.

34. Const. *Lumen Gentium*, 5.

35. Exort. Apost. *Evangelii Nuntiandi*, 77.

36. Const. *Gaudium et Spes*, 22.

37. Cfr. Const. *Gaudium et Spes*, 12 e 14.

38. *Adversus Haereses*, III, 20, 2-3.

39. Mensagem *Urbi et Orbi* do Natal de 1978, 1.

40. *Jo.* 2, 25.

41. São Cipriano, em *De unitate Ecclesiae*, 6-8.

42. Cfr. *Lc.* 10, 29 ss.

43. Cfr. *Mt.* 25, 31 ss.

44. Cfr. *Mc.* 6, 35-44.

45. Cfr. Documento Final do Sínodo dos Bispos de 1971, Outubro de 1971.

46. Cfr. Exort. Apost. *Evangelii Nuntiandi*, 31.

47. *Ibid.*, 29.

48. Cfr. Const. *Gaudium et Spes*, 26, 27 e 29.
49. Paulo VI, *Discurso pronunciado na O.N.U.*, a 5 de Outubro de 1965.
50. Cfr. Santo Ambrósio, *De Nabuthae* c. 12, n. 53; PL 14, 747.
51. Enc. *Populorum Progressio*, 23-24; e cfr. também Enc. *Mater et Magistra* de João XXIII, n. 106.
52. Cfr. Const. *Gaudium et Spes*, 35.
53. Enc. *Populorum Progressio*, 76.
54. Mensagem por mim dirigida em data recente à O.N.U.
55. Cfr. Exort. Apost. *Evangelii Nuntiandi*, 30.
56. Cfr. Exort. Apost. *Evangelii Nuntiandi*, 31.
57. Exort. Apost. *Evangelii Nuntiandi*, 9.
58. *Rom.* 8, 15.
59. Exort. Apost. *Evangelii Nuntiandi*, 32.
- 60.. Cfr. Exort. Apost. *Evangelii Nuntiandi*, 35.
61. Cfr. Const. *Lumen Gentium*, 8.
62. Cfr. Exort. Apost. *Evangelii Nuntiandi*, 38.
63. Cfr. Const. Apost. *Octogesima adveniens*, 4.
64. Const. *Gaudium et Spes*, 43.
65. *Mt.* 28, 19.

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana